

ESTRATÉGIAS DE RESISTÊNCIA DOS AGRICULTORES FAMILIARES: O CASO DO ASSENTAMENTO SANTA RITA DE CÁSSIA II – NOVA SANTA RITA/RS

Strategies of resistance of family farmers: the case of the Santa Rita de Cassia II settlement – Nova Santa Rita/RS

Stratégies de résistance des agriculteurs familiaux: le cas de la colonie de Santa Rita de Cassia II – Nova Santa Rita/RS

Adler Salomon*

Rosa Maria Vieira Medeiros**

* Universidade Federal do rio Grande do Sul – salomonadler87@gmail.com

** Universidade Federal do Rio Grande do Sul – rvmmedeiros@ufrgs.br

Recebido em 18/07/2022. Aceito para publicação em 04/04/2023.
Versão online publicada em 10/04/2023 (<http://seer.ufrgs.br/paraonde>)

Resumo:

Este trabalho aborda a resistência dos agricultores familiares frente à expansão urbana. O lugar da pesquisa é o Assentamento Santa Rita de Cássia II, localizado em Nova Santa Rita, Rio Grande do Sul. Os agricultores familiares neste assentamento adotam estratégias de resistência para manter os seus campos ocupados com as suas atividades agrícolas. A pesquisa foi realizada com o uso de entrevistas nas suas formas semiestruturadas através da aplicação de questionários, que combinam perguntas fechadas e abertas e observações feitas em trabalhos de campo. De acordo com os resultados da pesquisa, as diferentes estratégias de resistência que os agricultores familiares utilizam no assentamento são os canais de produção agroecológica, especialmente a produção de arroz ecológico e de hortaliças, sem esquecer a contribuição do PAA e do Grupo Gestor do Arroz Ecológico, COCEARGS e COOTAP. A partir da importância da produção agroecológica, foi possível identificar que uma parcela significativa dos agricultores familiares adotou a produção orgânica como estratégia de resistência à expansão urbana. São produtos que carregam o simbolismo do MST, dos agricultores familiares que fazem esta luta, mas são também produtos ligados à discussão da economia sustentável e solidária. Matriz inserida na resistência dos agricultores familiares, construída por 80 famílias assentadas que produziram na Safra 2021-2022. Aqui é expresso o conteúdo das estratégias de resistência desses agricultores familiares, gerando territórios de produção agroecológica, de resistência e de emancipação.

Palavras chave: Expansão urbana. PA SRC II. Produção agroecológica. Resistência dos Agricultores familiares assentados.

Abstract:

This paper addresses the resistance of family farmers to urban expansion. The research site is the Santa Rita de Cássia II Settlement, located in Nova Santa Rita, Rio Grande do Sul. The family farmers in this

settlement adopt resistance strategies to keep their fields occupied with their agricultural activities. The research was carried out using interviews in their semi-structured forms through the application of questionnaires, which combine closed and open questions, and observations made in fieldwork. According to the research results, the different resistance strategies that family farmers use in the settlement are the channels of agro-ecological production, especially the production of ecological rice and vegetables, not forgetting the contribution of PAA and the Ecological Rice Management Group, COCEARGS and COOTAP. Based on the importance of agro-ecological production, it was possible to identify that a significant portion of family farmers have adopted organic production as a strategy of resistance to urban expansion. They are products that carry the symbolism of the MST, of the family farmers who are engaged in this struggle, but they are also products linked to the discussion on sustainable and solidarity economy. Matrix inserted in the resistance of family farmers, built by 80 settled families who produced in the 2021-2022 harvest. Here, the content of the resistance strategies of these family farmers is expressed, generating territories of agroecological production, resistance and emancipation.

Key words: Urban expansion. PA SRC II. Agroecological production. Resistance of settled family farmers.

Résumé:

Ce travail aborde la résistance des agriculteurs familiaux face à l'expansion urbaine. Le lieu de recherche est la colonie de Santa Rita de Cássia II, située à Nova Santa Rita, Rio Grande do Sul. Les agriculteurs familiaux de cette colonie adoptent des stratégies de résistance pour garder leurs champs occupés par leurs activités agricoles. La recherche a été réalisée à l'aide d'entretiens sous leurs formes semi-structurées par l'application de questionnaires, qui combinent des questions fermées et ouvertes et des observations faites sur le terrain. Selon les résultats de la recherche, les différentes stratégies de résistance que les agriculteurs familiaux utilisent dans la colonie sont les filières de production agroécologiques, en particulier la production de riz écologique et de légumes, sans oublier la contribution du PAA et du Grupo Gestor do Arroz Ecológico, COCEARGS et COOTAP. Sur la base de l'importance de la production agro-écologique, il a été possible d'identifier qu'une partie importante des agriculteurs familiaux ont adopté la production biologique comme stratégies de résistance à l'expansion urbaine. Ce sont des produits qui portent le symbole du MST, des agriculteurs familiaux qui sont engagés dans cette lutte, mais ce sont aussi des produits liés à la discussion sur l'économie durable et solidaire. Matrice insérée dans la résistance des agriculteurs familiaux, construite par 80 familles installées qui ont produit lors de la récolte 2021-2022. Ici s'exprime le contenu des stratégies de résistance de ces agriculteurs familiaux, générateurs de territoires de production agroécologique, de résistance et d'émancipation.

Mots clés: Expansion urbaine. PA SRC II. Production agro-écologique. Résistance des agriculteurs familiaux installés.

INTRODUÇÃO

O crescimento demográfico é muitas vezes acompanhado por uma expansão dos espaços urbanos, mas tudo isso em detrimento de outros espaços, como os espaços rurais, que envolvem atividades agrícolas. Assim como na transição demográfica, o forte crescimento da cidade provoca o aumento do êxodo rural com o abandono da terra.

Vemos que as áreas rurais contemporâneas estão cada vez mais próximas das aglomerações urbanas. Portanto, segundo o Steffens, Preiss e Schneider, essas áreas são importantes para a produção agrícola, bem como uma solução alternativa de abastecimento de alimentos. Esses espaços desafiam as relações do país no mundo contemporâneo, abordando as relações econômicas e sociais, sem especificar as fronteiras entre o urbano e o rural (STEFFENS, 2018; PREISS e SCHNEIDER, 2020).

Segundo o Censo Agropecuário realizado em 2006, pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), no Brasil, apenas 20% das terras agricultáveis pertencem a pequenos produtores familiares. Apesar de tudo isso, a agricultura familiar é

responsável por mais de 80% dos empregos gerados no campo (SCHROETTER, 2010), ocupando lugar importante no espaço rural e na geração de renda local, fixando o homem no campo.

Na história do Brasil, segundo Fernandes, o nascimento dos assentamentos sempre foi negociado com os conflitos sociais no campo e, grande parte dos movimentos liderados pelo Movimento dos Trabalhadores Sem Terra-MST são em sua maioria ações de resistência contra a concentração da terra e contra a exploração, que marcam uma luta histórica na busca contínua pela conquista da terra e do trabalho, sem falar dos outros problemas que os camponeses enfrentam (FERNANDES, 1999).

Assim, a realidade do campo no país permanece bastante desequilibrada. As dificuldades enfrentadas pelos agricultores familiares do assentamento Santa Rita de Cássia II são muitas, incluindo a modernização da agricultura, que devido ao alto custo não está acessível para a maioria dos agricultores familiares. Soma-se a esta dificuldade a pulverização aérea, com substâncias tóxicas, sobre a produção agroecológica por eles desenvolvida. Todas essas realidades e dificuldades encontradas estão retirando a força de trabalho do campo, complementada pela expansão urbana. E, além disso, mesmo a construção de uma estrada, por exemplo, segundo Houimli pode muitas vezes levar à divisão, à fragmentação das propriedades rurais, à ruptura das condições de trabalho dos agricultores familiares (HOUIMLI, 2000).

O objetivo do presente trabalho é perceber no desenvolvimento das diferentes atividades agrícolas e não agrícolas realizadas no assentamento Santa Rita de Cássia II, as ações de resistência dos agricultores em relação à pressão da expansão urbana do município Nova Santa Rita/RS. Ainda que submetida em menor grau às relações sociais capitalistas, os movimentos dos agricultores em sua luta para resistir a um conjunto de problemas e à exploração praticada pelo capital, desenvolvem lutas anticapitalistas e geram diversas práticas sociais que sinalizam certos pilares de uma nova forma de sociedade organizada, que do ponto de vista da organização da produção agrícola, a agroecologia é um dos exemplos reais em que se baseia este artigo.

No assentamento Santa Rita de Cássia II, do município de Nova Santa Rita, na Região Metropolitana de Porto Alegre (RMPA), no Estado do Rio Grande do Sul (RS), lócus dessa pesquisa, a produção agroecológica é uma forma de estratégia dos agricultores familiares para se manterem em seus lotes. Assim, as estratégias de resistência dos agricultores familiares através das suas atividades agrícolas desenvolvidas são consideradas como instrumento de apoio aos agricultores do assentamento.

ASSENTAMENTO

Segundo Almeida, o conceito de assentamento sempre defendido pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra-MST perpassa a noção de unidade de produção, orientando-se outras relações fundamentais na constituição do território do assentamento e na territorialidade das famílias assentadas. Esta ideia está presente na definição do conceito de assentamento do movimento (ALMEIDA, 2011).

No contexto deste estudo, o conceito de Assentamento é de grande importância. O assentamento é fruto da luta dos trabalhadores sem-terra que lutam pela reforma agrária. Se faz necessária uma breve contextualização dos processos que levaram à criação dos assentamentos no Brasil que geralmente partiram da luta de classes sociais, da luta pelo território. O United Nations Development Programme ressalta que ainda hoje, o Brasil é

um dos países socialmente e economicamente mais desiguais do mundo (PNUD, 2016), fruto do processo histórico de ocupação de suas terras pelo sistema de capitanias hereditárias e sesmarias. Isso teve um impacto na economia brasileira, que priorizou a produção em escala, com o uso máximo de tecnologia e com alta produtividade, gerando assim uma perda de valor para os produtos, passando o ganho para a quantidade a produzida.

Santos (2011) deixa evidente o significado de assentamento para o MST,

Para o MST, o assentamento significa mais do que um grupo de famílias ocupando uma área desapropriada. O assentamento representa mais uma vitória do MST como um todo, pois cada assentamento representa que o MST está maior, mais extenso em termos de território e com possibilidade de modificar de local com a agricultura desenvolvida dentro dos assentamentos (SANTOS, 2011, p.16).

A luta pela terra no assentamento Santa Rita de Cássia II surgiu a partir do trabalho de base de militantes do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, que organizaram acampamentos no estado do Rio Grande do Sul. Esse assentamento empreendeu várias formas de luta até chegar à conquista de seus territórios. Os trabalhadores rurais Sem Terra lutaram para se reproduzir no espaço, que foi antes de tudo uma luta de classes, contra o capital, permanentemente disputando no território. Portanto, entendemos o Campesinato como uma classe social e não apenas como um setor da economia, uma forma de organização da produção ou um modo de vida. o campesinato permanece como conceito-chave para decifrar os processos sociais e políticos que ocorrem neste espaço e suas contradições. Portanto, defendemos a atualidade deste conceito, cuja densidade histórica nos remete a um passado de lutas no campo e ao futuro como possibilidade (MARQUES, 2008).

O processo de luta pela terra transformou o confronto com o capital em uma luta por modos de produção, ou seja, o território contestado não estava apenas na luta por um pedaço de terra, mas também na luta por um projeto de desenvolvimento. Este processo conduz as famílias camponesas a aprender novas culturas, recriando-se de uma forma diferente daquela em que viveram. Os camponeses explicam os desafios de enfrentar uma nova realidade. O encontro com uma nova realidade certamente provocará uma desterritorialização dos processos simbólicos, uma ruptura muitas vezes organizada pelo sistema cultural com novas ressignificações e redimensionamentos de objetos, coisas e comportamentos e tudo isso, certamente entrelaçado com conflitos. Destacamos alguns aspectos fundamentais ligados à luta pela Terra no estado: o MST foi organizado no estado em quatro regiões Norte, Sul, a Fronteira Oeste e a de Porto Alegre, e quando um território foi conquistado, a escolha foi feita pelas próprias famílias acampadas e na maioria das vezes as famílias foram assentadas em regiões distintas da sua de origem.

Em uma entrevista com as famílias, o assentado afirmou que: “na época da luta, o principal elemento de resistência foi minha própria vida, porque nos momentos de confronto para a conquista da terra, eu estava sempre na frente”. Neste sentido, foi importante entender o território como um processo de disputa, que às vezes avança e outras retrocedem devido às relações de poder que se estabelecem no próprio território. Em outras palavras, em um assentamento, as formas de competir pelo território mudaram de acordo com a ação humana no tempo e no espaço. As famílias organizadas pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra têm procurado, através de sua estratégia de ocupação do latifúndio, pressionar os órgãos públicos a implementar a

reforma agrária.

O Assentamento deve ir além da luta pela terra, portanto segundo Medeiros (2005, p.3):

[...] o assentamento em um contexto mais universal significa ajustar, colocar no seu devido lugar o que está fora. Se compreender ou olharmos por uma dimensão mais política seria resolver o problema das pessoas que não tem moradia e é neste sentido que os governos iniciaram o uso desta palavra. Mas para o conjunto do MST significa a terra conquistada a partir de todo o processo de luta e organização, àquela onde já se pode produzir e morar constituindo um novo espaço social

Quando os colonos conquistaram seu território, eles continuaram se reajutando ao novo espaço de vida como seu principal desafio. Assim, o progresso e a construção foram feitos coletivamente. Muitas foram as formas de se reafirmar como camponesa em um novo território, como, por exemplo, a cooperação entre famílias sedentárias, o planejamento coletivo, a produção individual e coletiva. A solidariedade dos assentamentos mais antigos com os mais novos no município de Nova Santa Rita, foi de grande importância, principalmente, na produção de arroz, pois a grande maioria dos assentados do assentamento Santa Rita de Cássia II, não tinha o domínio técnico no cultivo de arroz irrigado. Os desafios, as lições aprendidas com a nova realidade foram imensas e marcantes.

RURAL E URBANO

Refletir sobre conceitos, tão densos em significados, como o espaço urbano e rural nos coloca na busca de um rigor teórico que deve ser sempre levado em conta quando se considera a historicidade e o contexto geográfico de cada conceito. Cidade e campo atravessam a história e as sucessivas divisões sociais e territoriais do trabalho. Por isso, é preciso lembrar os sujeitos sociais que comandam essas formas espaciais e quando elas ocorrem. Na Antiguidade, na Idade Média ou na Modernidade, tanto na cidade como no campo, desenvolveram-se diferentes espacialidades que marcaram dicotomias que persistem até hoje.

As pesquisas envolvendo o espaço na geografia abordam os mais variados temas, envolvendo uma ampla gama de estudos e reflexões de pesquisadores de diferentes campos das ciências geográficas. O espaço geográfico visto do ponto de vista das ruralidades representa a construção constante das relações materiais e imateriais dos modos de vida no mundo rural. Com a procura do campo pelos citadinos, este espaço assume novas funções entre as quais se destacam as atividades de lazer, como o turismo rural, segundas residências e diversos tipos de serviços dirigidos ao público urbano. Segundo Graziano da Silva (2002) e Lindner (2012), esse fenômeno, que é “a urbanização física do espaço rural”, refere-se à inserção de novas atividades no campo, principalmente não agrícolas.

Podemos falar do urbano e do rural como processos integrados à lógica industrial e nas novas formas como o capitalismo (re) produz o espaço que domina. Assim, quando consideramos o espaço como uma totalidade aberta (em totalização), podemos perceber o urbano e o rural como subtotalidades distintas na densidade, na composição e na raridade dos elementos que os compõem enquanto espaço (Rua, 2020). A urbanidade

está ligada aos comportamentos dos habitantes das cidades e será gradualmente disseminada no espaço (urbano e rural) com outras racionalidades, que permearão os modos de vida e as espacialidades que os fazem viver, mesmo que mantenham particularidades e singularidades de suas vivências.

As relações urbano-rurais e a produção de desigualdades e diferenças espaciais pelo capitalismo podem ser compreendidas e analisadas a partir de múltiplos ângulos. Em algumas análises, é dada prioridade aos números, densidades, percentuais relacionados à produção agrícola, sistemas técnicos de produção, tipos de solo e unidades administrativas em que essa produção ocorre. Tudo isso é relevante, mas se torna insuficiente quando o espaço é tomado como uma totalidade em movimento e quando o papel político dos sujeitos que dão sentido às práticas espaciais é enfatizado. As reflexões realizadas até agora servem como possíveis bases para diferentes abordagens da empiria, ou seja, abordagens subjetivas de uma realidade que também é subjetiva, já que é difícil de se apropriar daquilo que é inatingível. Tal dificuldade de abordagem da realidade requer mediações que podem advir de diferentes matrizes teóricas e conceituais. A ciência geográfica desenvolveu diversas possibilidades de análise dos fenômenos que constituem essa complexa realidade, que em nossa abordagem, foi construída a partir da noção de urbanidades no meio rural.

AGRICULTURA FAMILIAR

A agricultura familiar tem diferentes conotações, gerando discussões infundáveis, não só sobre sua permanência, ou não, no desenvolvimento capitalista, mas também sua definição que está sujeita a interpretações as mais diversas.

A maior afirmação deste conceito se deu por duas vias, segundo Schneider (1999). Uma via, no campo político, relacionada aos movimentos sociais, principalmente o sindicalismo rural, e, por outro lado, através de alguns trabalhos acadêmicos que passaram a buscar novas referências teóricas e analíticas. De qualquer modo, mantém-se esta noção para caracterizar grupos de agricultores com pequenas extensões de terra que utilizam fundamentalmente trabalho familiar nos processos produtivos. Segundo o mesmo autor, essa expressão abarcou sob sua égide diversas categorias sociais, entre as quais se destacam: assentados, arrendatários, associados, integrados em agroindústrias, entre outros, que não correspondem mais aos termos pequenos produtores, trabalhadores rurais etc.

Na discussão sobre o perfil da agricultura familiar, seus limites e disputas conceituais, hoje, segundo a Lei 11.326, de 24 de julho de 2006, para que seja considerado Agricultor Familiar, o mesmo tem que cumprir algumas exigências formais tais como:

Não deter, a qualquer título, área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais; utilizar predominantemente mão-de-obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento; ter percentual mínimo da renda familiar originada de atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento, na forma definida pelo Poder Executivo; dirigir seu estabelecimento ou empreendimento com sua família.

Teremos definição de Agricultura Familiar em Carneiro, que “Por agricultura familiar entende - se, em termos gerais, uma unidade de produção onde trabalho, terra e família estão intimamente relacionados”. (CARNEIRO, 1999, p.329).

Assim, qualquer esforço para identificar as ações de resistência dos agricultores familiares no município de Nova Santa Rita devem observar não apenas as condições objetivas tais como as diferentes atividades agrícolas, mas principalmente aquelas de existência subjetiva, ou seja, a opção pela agroecologia.

AGROECOLOGIA

O conceito agroecológico desenvolvido por ONGs e movimentos sociais rurais no Brasil é uma continuação da convenção Rio-92, mas a abordagem mais antiga da palavra agroecologia diz respeito ao zoneamento agroecológico, que é a “demarcação territorial da área de exploração possível de uma determinada cultura, em função das características edafoclimáticas necessárias ao seu desenvolvimento (FEIDEN, 2005, p.53)”. É uma ciência emergente que estuda agroecossistemas, integrando conhecimento de outras ciências, como agronomia, ecologia, economia e sociologia, o que significa que a agroecologia é simplesmente uma nova disciplina científica (ALTIERI, 1989). Portanto, segundo Guzmán, a agroecologia não pode ser uma ciência, porque integra conhecimentos tradicionais que, por definição, não são científicos (GUZMÁN, 2002).

Como parte de nosso objetivo, agroecologia é a prática agrícola dominante no Assentamento Santa Rita de Cássia II, desenvolvida pelos agricultores familiares, pois segundo Caporal e Costabeber (2002, p. 13) agroecologia nos faz lembrar de uma agricultura menos agressiva ao meio ambiente. Por essa razão interessa-nos perceber certos pontos de vista/interpretações dos agricultores com relação à sua prática, assim como as diferentes ações de resistência decorrentes de seu desenvolvimento. Essa exegese é importante para explicar os elementos e os fatores que condicionam o uso, ou aplicação, ou adoção, ou apoio da agroecologia para promover o desenvolvimento da agricultura familiar.

O CAMINHO DA PESQUISA

A pesquisa realizada no Assentamento Santa Rita de Cássia II foi de natureza qualitativa, com a coleta de dados, revisão bibliográfica, observação participante e realização de entrevistas estruturadas e semiestruturadas junto às lideranças do assentamento e à cerca de 10 famílias do assentamento Santa Rita de Cássia II.

A escolha desta abordagem se apoia em Gil (2008), para o qual a pesquisa de natureza qualitativa, não requer o uso de métodos e técnicas estatísticas onde o ambiente natural é a fonte direta para coleta de dados e o pesquisador é o instrumento-chave. Também Almeida destaca que a abordagem qualitativa é utilizada quando o fenômeno em estudo é complexo, de natureza social e não necessita necessariamente de quantificação (ALMEIDA, 1989).

O primeiro ponto foi a busca de dados e para tanto, utilizamos o método das entrevistas, nas suas formas semiestruturadas através de questionários, que combinam perguntas fechadas e abertas, onde o entrevistado tem a possibilidade de discorrer sobre o tema proposto, sem respostas ou condições prefixadas pelo pesquisador (MINAYO, 2000, p.108). Importante destacar que mesmo que houvesse a opção de entrevistar todos os assentados, muitos não se sentiriam à vontade para dar entrevistas, por isso optou-se por um percentual considerado significativo.

No assentamento Santa Rita de Cássia II, localizado em Nova Santa Rita/RS estão

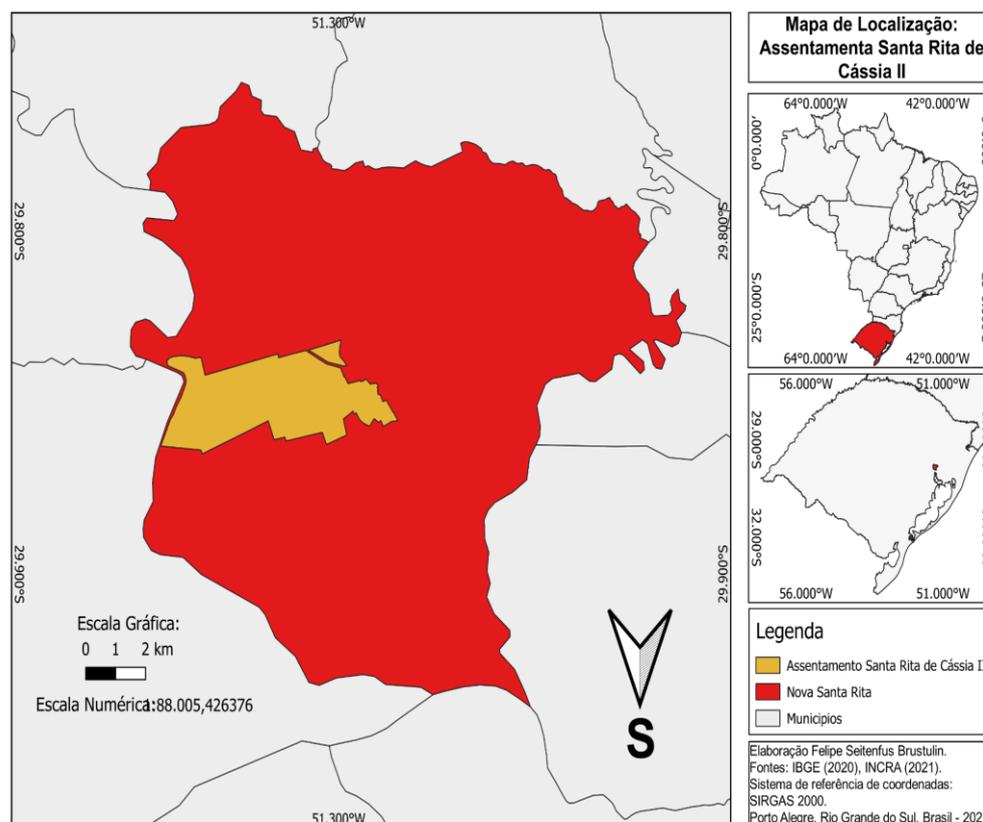
assentadas 102 famílias e foram entrevistadas 10% (considerando a abordagem qualitativa da pesquisa, conforme explicitado nos parágrafos anteriores) das famílias por amostragem aleatória ou por indicação das lideranças.

Durante as entrevistas com um agricultor, foi dada a outros agricultores familiares presentes a oportunidade de se manifestarem dando sua opinião e, assim, complementando as respostas do agricultor familiar entrevistado. Esta alternativa auxiliou muito na boa condução da entrevista.

ÁREA DE ESTUDO

Segundo o Instituto Nacional de Colonização e Reforma agrária (INCRA), o assentamento Santa Rita de Cássia II (Figura 1) tem área total de 1.667,33 hectares, localizado a 500 metros de distância da sede do município de Nova Santa Rita e a 21 km de Porto Alegre, capital do Rio Grande do Sul (INCRA,2011).

Figura 1: Mapa de Localização do assentamento Santa Rita de Cássia II no município de Nova Santa/RS



Fonte: IBGE (2020), INCRA (2021).

Conforme a assentada Gabriela Souza, a ocupação ocorreu em abril de 2004, quando várias famílias organizadas pelo MST, oriundas de muitas regiões do estado do RS, ocuparam a antiga fazenda Montepio, considerada como uma área improdutivo, e assim reivindicarem o cumprimento da função social da terra. Ela explica: “Nosso objetivo era combater o latifúndio e mostrar à sociedade a violência produzida pelo agronegócio

através da exploração dos seres humanos e da natureza”.

Para muitos agricultores familiares foi um período difícil de luta e organização, como aconteceu em quase todo o Brasil, onde a maioria dos assentamentos se organizaram a partir das ocupações de terras, para depois nascer o assentamento. Santa Rita de Cássia II resultou dessa organização das famílias que garantiu a conquista e o acesso à terra. De acordo com Fernandes (1999, p.43) “[...] o acampamento dos colonos era um espaço de luta e de resistência, de modo que estavam dispostos ao enfrentamento”.

Como tática de resistência no acampamento, as famílias tentaram várias vezes fazer sua lavoura com hortaliças para suprir parte de sua alimentação, mas, a cada tentativa uma nova ação da brigada militar e dos seguranças contratados pelo fazendeiro destruía as plantações. Finalmente, ocorreu decreto de criação do assentamento Santa Rita de Cássia II no final de 2005, o que permitiu assentar as 102 famílias (Fonte: INCRA/RS,2014). O poder judiciário permitiu que as famílias que acampavam às margens da rodovia entrassem na área e montassem suas barracas de moradia. Cada família assentada recebeu 12 hectares divididos em duas partes: 4 hectares reservados como área de moradia e outras produções tais como hortaliças, e 8 hectares de áreas de várzeas foram destinados à produção de arroz, com glebas trabalhadas em sistemas de produção em grupo, reunindo de seis a dez famílias por grupo. Na área do assentamento atualmente existem cinco barragens, sendo três consideradas grandes e duas consideradas pequenas. Os 8 hectares reservados para o plantio de arroz, desde a implementação do projeto, faziam parte dos 250 hectares já sistematizados, ou seja, destinados ao plantio de arroz.

O assentamento limita-se com a zona urbana do município de Nova Santa Rita, sendo esta localização importante para a organização da sede do MST e para a organização do assentamento. O assentamento Santa Rita de Cássia II, para Almeida (2011), representou a ligação das famílias assentadas, como uma comunidade, com um território conquistado, que manteve suas especificidades, dentre elas a sua forte ligação com a Igreja Católica e sua organicidade coletiva (ALMEIDA,2011, p.12).

Destaca-se também a localização privilegiada do assentamento, próximo aos grandes centros urbanos da região metropolitana de Porto Alegre, o que determina sua logística relativas aos meios de circulação e a sua dinâmica produtiva (ALMEIDA, 2011). O assentamento Santa Rita de Cássia II está em pleno desenvolvimento econômico, social e cultural e a participação das famílias assentadas neste processo é fundamental.

A produção cooperativa é incentivada através da prática da agricultura ecológica tanto na sua forma de produção, quanto na organização do espaço. Os assentados se organizam de forma coletiva e/ou em grupos de produção caracterizados pelo trabalho individual que estabelece uma forma associativa de organização da produção (Associação Vinte e Nove de Outubro e Associação Sete de julho).

As argumentações em torno da organização socioespacial desses agricultores familiares têm contribuído para a compreensão do processo de adaptação e reabilitação pelo qual passaram até serem assentados. Ao partirem para um novo espaço, surgiram novas relações e aspirações que envolveram e criaram formas diferentes de viver, de enfrentar as dificuldades impostas pelo sistema no qual estão vivendo. A organização dos agricultores familiares assentados que formaram a nova comunidade, mudou seus papéis ao longo do tempo, ou seja, mudaram as formas e os modos de organização e eles se adaptaram às novas realidades correspondentes. É como o movimento dos agricultores sem-terra se renova nesta organicidade dos novos assentamentos, que faz com que o presente dos assentados construa a possibilidade do seu futuro. Os agricultores familiares

do assentamento Santa Rita de Cássia II, são organizados pela solidariedade, confiança e cooperação. Assim, o sentido de comunidade está presente nessas formas de organização do espaço agrícola ou mesmo não agrícola. Ocorre também a produção, em pequena escala, de outras atividades, como a criação de aves, de gado leiteiro bem como o desenvolvimento da piscicultura.

Atualmente, em um mundo aparentemente mais instável de proporções globais, a família e o lugar tendem a representar proteção e segurança para todos. Nesta reflexão, entendemos que a organização dos agricultores familiares em associações, seja para os serviços, a produção agrícola, o lazer, a organização política, a comercialização ou a integração, é uma das estratégias mais viáveis na busca de sua reprodução e resistência à urbanização. Pois, o sentimento de pertença e os interesses comuns constituem a base dessa comunidade, o que pode ser essencial para superar a barreira da indivisibilidade socioeconômica além de outras dificuldades que possam surgir. Acreditamos que o processo de organização do espaço que os agricultores familiares construíram ao longo de sua história pode demonstrar, na prática, a sua nova inserção no espaço geográfico.

PRODUÇÃO AGRÍCOLA NO ASSENTAMENTO

Aprender é olhar o seu novo território, é observar o que ele oferece em termos da distribuição dos lotes, de organização da produção agrícola, das relações comerciais e das trocas de produtos, além da convivência entre as famílias assentadas e a comunidade em geral.

O agricultor familiar quando trabalha a terra para o cultivo do arroz, já sabe a época do ano para o preparo do solo, o tipo de solo adequado ao plantio por ele escolhido, o período da colheita, os cuidados com a secagem e armazenamento do arroz.

Este fazer está relacionado aos seus saberes, à sua cultura. E isso começa quando os agricultores familiares são instalados nos assentamentos e se expressa na forma de construir suas casas, de organizar seu primeiro plantio destinado à sua subsistência, e, na sequência, na construção das relações necessárias para viabilizar a produção e a sua vida no assentamento.

As novas práticas organizacionais são desafios que abrem possibilidades, assim como geram contradições e avanços que estão relacionados ao novo ambiente no qual estão inseridos. No PA SRC II, conforme já citado, são 102 famílias que construíram 10 núcleos básicos, uma coordenação geral e um grupo de estudos composto por cinco representantes, que se reúnem em caso de pedidos de emergência, além, também, da organização de grupos de produção ecológica do arroz, das hortas e demais setores.

O sentimento expresso pelos agricultores familiares demonstra o desejo e o contentamento de produzir coletivamente.

Costumávamos produzir como agricultores familiares, mas cada um tinha o seu lote. E quando chegamos aqui, a discussão dentro do movimento e até no nível cooperativo foi produzir coletivamente para expandir. Durante esta decisão houve alguns de nós que ainda não estavam habituados a esta questão do trabalho coletivo, mas hoje estamos a pensar nas melhores estratégias para resistir, desenvolver e fazer do nosso assentamento a referência na produção orgânica (entrevistado 1).

Santa Rita de Cássia II é conhecido como o assentamento da produção ecológica além de possuir uma diversidade de lavouras, dentre elas a produção de arroz, milho e

hortaliças (Tabela 1) que representam mais da metade da área cultivada e da renda dos agricultores familiares.

Em termos de ocupação do espaço, o cultivo do arroz é o mais importante no assentamento, sendo de significativo para a organização coletiva. Também esse cultivo se expressa na paisagem do assentamento que foi se transformando gradativamente, com a incorporação das novas práticas agrícolas ligadas à produção de arroz ecológico. Esta foi, portanto, a alternativa encontrada pelo assentamento Santa Rita de Cássia II.

Tabela 1: Área cultivada e renda dos principais produtos no assentamento Santa Rita de Cássia II/2021

Produção agrícola	Nº de famílias	Área cultivada	Renda líquida
Arroz	80	500 há	R\$ 6400,00 ha/Ano
Hortas	40	80 há	R\$ 2500,00 ha/Mês
Milho	11	22 há	R\$ 5000,00 em um.Ano

Fonte: Pesquisa de Campo, 2021.

A área cultivada de Santa Rita de Cassia II é um espaço em transformação, contudo, ainda existem grandes dificuldades. Uma delas se refere aos agricultores do assentamento que não têm como objetivo principal a produção agrícola, ou seja, moram no assentamento com suas famílias e trabalham nas cidades próximas. Esse processo não ocorre apenas na área de estudo, mas é uma realidade presente em várias outros assentamentos de produção, conforme afirma Cunha (2009, p.84).

Esses fatos levam à resignificação desse espaço que passou a ter outros usos e ocupações de acordo com as funcionalidades da nova realidade. A área rural, passa pelo processo inverso no âmbito populacional, ou seja, se torna mais rarefeita. E ainda, mas não menos importante, todas aquelas extensões que produziam alimentos, hoje servem, em sua grande maioria, como mercadoria nas mãos dos especuladores imobiliários, e como áreas de lazer que não produzem nada mais além do prazer para seus novos proprietários, restringindo cada vez mais o espaço público e as possibilidades de lazer da população local.

Os agricultores assentados ao desenvolverem atividades agrícolas, mesmo que sejam apenas para sua subsistência, permanecem no campo. Atualmente é em seus lotes que acontece a produção do arroz ecológico considerado como uma importante atividade agrícola para o desenvolvimento do assentamento e que expressa a resistência e o enfrentamento à expansão urbana que ocorre em Nova Santa Rita/RS. Embora, esses agricultores mantenham a produção de arroz orgânico inclusive para o autoconsumo, foi a sua comercialização que proporcionou renda suficiente para sustentar o grupo familiar, manter a unidade de produção, permanecer no campo, e assim evitar o êxodo rural.

Os investimentos realizados no assentamento demonstram ser um setor agrícola desenvolvido que atende uma demanda da sociedade na busca por alimentos de melhor qualidade nutricional e benéficos à saúde, cujo elemento básico é a produção sem

agrotóxicos ou insumos sintéticos.

Conscientes de atender essa demanda, os agricultores familiares assentados aproveitaram a forte demanda e fizeram da produção de arroz ecológico uma das principais atividades na busca de um desenvolvimento sustentável. Foi no final da década de 90 que essa produção começou e que é atualmente a maior produção de arroz ecológico da América Latina além de agregar uma identidade específica aos assentamentos (LINDNER et al, 2021).

Os agricultores familiares assentados no AP SRC II, mostram que a produção de arroz ecológica participa de suas estratégias de resistência, mas também demonstram que são conscientes, enquanto atores sociais, na integração e na identificação com o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST.

De acordo com Lindner et al, a evolução e a crescente importância da produção ecológica de arroz demonstram claramente o papel que essa produção desempenha em qualquer luta ou estilo de vida dos assentados, no qual esses agricultores se engajam e se tornam modelo para o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST (LINDNER et al,2021). Além disso, sua organização em grupos de produção demonstra evidentemente uma forma de resistência que incentiva os agricultores e evita o abandono dos lotes.

PRODUÇÃO DE HORTALIÇAS COMO AÇÃO DE RESISTÊNCIA À EXPANSÃO URBANA EM NOVA SANTA RITA/RS

A produção de hortaliças é quase sempre presente nas propriedades familiares, seja como atividade de subsistência, ou seja, para a comercialização dos excedentes agrícolas em pequena escala. Essa produção de hortas orgânicas também começou no final da década de 1990, em pequenas áreas de assentamentos como Itapuí, Capela, localizados no município de Nova Santa Rita. O mais recente deles foi o assentamento Santa Rita de Cássia II e o Integração Gaúcha em Eldorado do Sul, na RMPA (LINDNER et AL, 2021). Segundo Faulin (2010), a produção de hortaliças, comercial ou de subsistência, desempenha um papel importante na agricultura familiar, contribuindo para o seu fortalecimento, garantindo a sua sustentabilidade e permitindo rápido retorno econômico.

Nesse contexto, em 2008, foi criado o Grupo de Gestão de Hortas, Frutas e Plantas Medicinais, que, segundo informações deste Grupo, segue a mesma organização de outros grupos de gestão como o Grupo de Gestão Organizada do Arroz, vinculado à Cooperativa dos Agricultores Assentados da Região de Porto Alegre (COOTAP) e o Grupo Gestor do Leite.

Para a Embrapa (2007), a produção e o consumo de hortaliças são importantes. Considera uma alternativa à agricultura familiar, tanto pelo fornecimento de nutrientes aos assentados, quanto pela facilidade de adaptação dessa prática, principalmente nas suas ações de resistência. São plantas de consistência herbácea, geralmente de ciclo curto que permitem um retorno econômico rápido e tratamentos culturais intensivos, dos quais as partes comestíveis são utilizadas diretamente no consumo.

Trata-se de uma cultura que necessita de uma extensão de terra muito pequena, em relação a outras produções agrícolas, para que seja economicamente viável, além de exigir pouco conhecimento técnico e um baixo nível de investimento para se iniciar na atividade. (FAULIN e al, 2010. p.24).

Os agricultores familiares produzem também mudas de hortaliças ao longo do ano que também pode ser uma fonte de renda mais ou menos estável. De fato, essa atividade agrícola contribui enormemente para a resistência à expansão urbana de Nova Santa Rita/RS. O número de agricultores familiares instalados nos lotes individuais ou coletivos é significativo no assentamento. As hortas são tão importantes quanto a produção de arroz, pois representam um dos principais pilares para a instalação das famílias dos agricultores assentados no campo, em razão de suas características de uso intensivo de mão-de-obra na produção assim como na circulação de capital constante. As hortas, portanto, desempenham papel fundamental na ocupação do espaço e ao mesmo tempo, na renda dos trabalhadores. São manifestações de resistência dos agricultores familiares frente à expansão urbana, mas são também armas que promovem o desenvolvimento do assentamento. Os agricultores familiares assentados em sua luta de resistência construíram seu lugar social num sistema dominado pelo capitalismo, que insiste em fazê-los desaparecer. A partir dessa reflexão e, principalmente, por pensar nas dificuldades por eles encontradas é que seu papel é fundamental na constituição do seu território.

CONTRIBUIÇÃO DO PAA NAS ESTRATÉGIAS DE RESISTÊNCIA DOS AGRICULTORES FAMILIARES

Muitos países no mundo como o Brasil, precisam construir e ampliar os sistemas de produção cujas práticas visem o desenvolvimento sustentável, com ações direcionadas à geração de mais empregos e à melhoria das condições de vida. Para isso, os governos devem buscar cada vez mais incentivar os agricultores familiares a melhorarem a produção bem como auxiliar na comercialização dos seus produtos, com políticas públicas voltadas para eles.

Surgiram importantes programas como parte das estratégias de resistência dos agricultores familiares para o enfrentamento da expansão urbana. Pode ser citado o PAA – Programa de Aquisição de Alimentos, criado pelo art. 19 da Lei nº 10.696, de 02 de julho de 2003, que é uma política pública do governo federal, que tem como eixos centrais o incentivo à agricultura familiar e o combate à insegurança alimentar e nutricional (INSAN), atuando também na inclusão produtiva das famílias na situação econômica e social mais vulnerável (BRASIL, 2003).

O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) construiu elementos em sua formação que levaram a uma reorientação do papel da agricultura familiar no contexto do desenvolvimento da sociedade brasileira, principalmente na perspectiva de um desenvolvimento mais equitativo. Graças ao PAA, os setores marginalizados integram a economia e os agricultores familiares se fortalecem como agentes de promoção do desenvolvimento (MARTINELLI et al., 2015).

O ingresso dos agricultores familiares neste programa permite que eles se beneficiem de suporte técnico introduzindo mudanças na dinâmica interna da unidade produtiva familiar, com reflexos na dinâmica de consumo, diversificação e sustentabilidade da atividade econômica familiar, para atender às necessidades e critérios do programa. E à medida que os produtos da agricultura familiar passam por melhorias qualitativas e quantitativas, eles encontrarão seu caminho para novos mercados (RAMBO; DENZ, 2015). Isso leva os agricultores familiares a aumentar o número de hectares para atender outros mercados, pois a disponibilidade do mercado é uma das limitações e essa expansão da produção se opõe à expansão urbana.

À medida que o PAA se torna mais uma fonte de renda e incentiva a diversificação

produtiva, há a redução na ameaça de perdas por pragas ou intempéries, interrupções e inconsistências na produtividade. Porém, os efeitos da sazonalidade também são minimizados com as diferentes fontes de renda, sobretudo com a renda da produção agrícola (ALMEIDA et al., 2010). Pela dimensão dos impactos ambientais, Antunes e Hespanhol (2011) identificaram que o programa é capaz de estimular não só a diversificação da produção, Araújo e Kubo (2017), mas também estimular a produção de produtos orgânicos.

Diferentes estudos mostram, em conjunto, que o PAA consegue estimular mudanças relevantes na matriz produtiva das unidades agrícolas familiares e esse fenômeno tem impacto direto na diversificação e diversidade produtiva, uma vez que é ele que tem conseguido destacar produtos da socio biodiversidade (BRASIL, 2017) e promover o restabelecimento da policultura característica do modo de produção do Agricultor Familiar (AGAPTO et al., 2012). Em suas ações, incentiva o estabelecimento de mecanismos de produção mais inovadores, a utilização de máquinas e equipamentos agrícolas que facilitem o trabalho das famílias rurais. Assim, torna-se possível aumentar a produção para que haja valor agregado aos produtos, bem como inserir novas e melhores tecnologias, exigindo menos esforço humano para a execução do trabalho. Tudo isso, contribui fortemente para a resistência dos agricultores e estende a produção às áreas agricultáveis. Isso está de acordo com a eficiência schumpeteriana e keynesiana exposta no relatório da CEPAL que contempla três eficiências: (CEPAL/FES, 2019, p.13)

(i) eficiência schumpeteriana, que se refere a um novo tipo de especialização produtiva em processos intensivos em conhecimento e aprendizado, que seja capaz de irradiar a mudança tecnológica e a inovação por toda a economia; (ii) eficiência keynesiana, que ressalta relevância de atuar em mercados em rápida expansão doméstica e internacional, permitindo obter ganhos de escala e escopo que aceleram a economia e multiplicam empregos, e (iii) eficiência ambiental, que trata de desacoplar o crescimento econômico das emissões de gases do efeito estufa e favorecer a proteção ambiental.

O PAA contribui tanto para a promoção da agricultura familiar, como para a inclusão social, para a segurança alimentar e nutricional, para o desenvolvimento local, quanto para a construção de boas práticas produtivas que permitam aos agricultores familiares superar os problemas encontrados. As boas práticas favorecem os agricultores familiares para que não abandonem suas terras e mantenham relações recíprocas com o campo, para assim garantir a expansão da produção orgânica no assentamento Santa Rita de Cássia II. Buscam minimizar os efeitos da produção convencional em favor da produção orgânica e dos modelos de mercado, tentam reduzir as assimetrias de renda e os contextos de vulnerabilidade.

O PAA é um instrumento de forte capilaridade para os agricultores familiares no combate à expansão urbana, sendo uma medida pontual com efeito indireto, pois o programa já está elaborado e consolidado, com marcos regulatórios em vigor e estrutura implantada, além de possuir benefícios econômicos e sociais, comprovados em estudos de caso realizados em todas as regiões do Brasil.

O impacto desse programa é positivo para os agricultores familiares, conforme evidenciado pela análise de Doretto e Michelon (2007) comparando a renda dos agricultores que acessaram o PAA e daqueles que não acessaram. Esses pesquisadores descobriram que a renda dos beneficiários do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) foi 50% maior do que a dos não beneficiários. Na análise realizada entre os agricultores familiares que se encontravam no estrato de até 1 salário mínimo, o aumento da renda

média foi de 87,8%.

Em Nova Santa Rita/RS, especialmente no assentamento Santa Rita de Cássia II, desde a ocorrência da redução dos investimentos do PAA, os agricultores familiares não escondem seu descontentamento. De acordo com as informações colhidas de campo, há uma forte demanda das organizações da agricultura familiar para o programa no PA SRC II¹, visto que a situação no campo se agravou nos últimos anos e o COVID-19 tem intensificado problemas como os de acesso a mercados. São demandas de agricultores familiares que fazem parte de organizações como o 7 de julho e o 29 de outubro.

A CONSOLIDAÇÃO DA TRANSIÇÃO COMO AÇÃO DE RESISTÊNCIA EM RELAÇÃO À PRESSÃO DA EXPANSÃO URBANA DO MUNICÍPIO NOVA SANTA RITA/RS

No âmbito da consolidação da transição, três fatores parecem ser determinantes para a consolidação do arroz orgânico: as restrições impostas pelo INCRA aos arrendamentos, a atuação da COOTAP, COCEARGS e a formação e atuação do Grupo de Gestão (FERREIRA, 2011).

O Grupo de Gestão do Arroz Ecológico foi formado a partir da união de famílias de diferentes assentamentos da Região Metropolitana de Porto Alegre que se reuniram para compartilhar suas experiências e aprimorar suas visões de coletivo, avançando assim na produção de arroz orgânico. Com a crise do setor arrozeiro em 1999, devido ao preço baixo de comercialização, que não cobriam os custos de produção, surge a necessidade de dar uma resposta a este problema; formou-se então uma equipe que representava os grupos e os assentamentos que tinham potencial para produção e que se propunham a produzir o arroz ecológico. Foi então que surgiu o nome do Grupo Gestor do Arroz Ecológico (Grupo Gestor Arroz Ecológico, 2012). Criou-se espaços de produção e de ideias que fortaleceram o território dos assentamentos, cuja principal fonte de renda sempre foi o cultivo de arroz irrigado. As produções visadas foram os produtos orgânicos, ou seja, todos aqueles de origem vegetal ou animal, produzidos sem agrotóxicos ou qualquer outro tipo de produto químico, pois essa prática de cultivo busca estabelecer o equilíbrio ecológico do sistema agrícola (BRASIL, 2007).

Segundo Souza Filho, a agricultura orgânica foi uma prioridade, reunindo todos os modelos agrícolas não convencionais, tais como biodinâmica, natural, biológica, permacultura ou agroecológica, para se contrapor ao modelo convencional (SOUZA FILHO, 2001). Quando os agricultores familiares conseguem consolidar formas de cooperação, é imprescindível uma reflexão sobre sua condição financeira e técnica no sentido de buscar meios para desenvolver a produção agrícola selecionada. O conjunto de inovação técnica e inovação organizacional na agricultura é uma característica do capital, que coloca o agricultor familiar na condição de consumidor de suas inovações como Santos explica:

Esse mundo da técnica invasora é também o mundo do capital tecnológico invasor que busca, que consegue contagiar as diversas tarefas rurais. É assim que se expande no campo o domínio desse capital hegemônico com as suas exigências de racionalidade, impondo novos usos e novas definições do tempo social. Juntos, as novas técnicas e o novo capital deixam de ser, como no passado, exclusivamente de um domínio particular de atividade e espalham por todo corpo social, tornando-se os verdadeiros regedores do tempo social (SANTOS, 2006, p.207).

¹ Projeto de Assentamento Santa Rita de Cássia II

No entanto, Grupo Gestor do Arroz Ecológico desafia esta premissa do capital invasor ao reduzir gradativamente a área de superfície de plantio de arroz no sistema convencional. O Arroz Ecológico já ocupa uma área expressiva e envolve um complexo agroindustrial que faz parte da cadeia agroalimentar, contribuindo na estratégia de resistência dos agricultores familiares no enfrentamento da pressão urbana. Os agricultores familiares produtores passam a fazer parte do Grupo Gestor do Arroz Ecológico a partir do seu nível de consciência em relação aos impactos negativos da produção convencional sobre o ambiente, a saúde e a sua qualidade de vida. Também considera a viabilidade econômica, o desenvolvimento ambiental e social advindos do uso dessa nova matriz tecnológica. Este trabalho é realizado pelo Grupo Gestor através da realização de seminários, conferências, reuniões, dias de campo, conversas informais e outras formas mais, todas com o objetivo de salvar a cultura dos agricultores familiares assentados (VIGNOLO, 2010).

As experiências acumuladas pelos agricultores na cadeia produtiva do arroz agroecológico, no entorno da região metropolitana de Porto Alegre, constituem uma ferramenta estratégica fundamental para resistir uma série de problemas, dentre eles, a expansão urbana para assim dar continuidade ao processo de expansão da produção ecológica na região e em outras partes do estado. Esta produção já é referência para o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). A Cooperativa Central dos Assentamentos do Rio Grande do Sul - COCEARGS e a Cooperativa de Prestação de Serviços Técnicos – COPTec², foram o suporte para esse grupo que buscou também apoio institucional no ensino, na pesquisa e nas vivências práticas na produção de arroz orgânico no estado do Rio Grande do Sul (Grupo Gestor Arroz Ecológico, 2012).

A estrutura organizacional do trabalho cooperativo facilitou a consolidação da rede de relações sociais, estimulou práticas recíprocas nas diversas obras e permitiu a participação social como elemento essencial na construção do conhecimento agroecológico. Além disso, as diferentes formas como os grupos se organizaram internamente demonstrou às famílias, seu apoio enquanto atores nas estratégias de expansão da produção, recriando acordos tácitos que permitiram atingir os objetivos respeitados em todas as ações desenvolvidas.

O grupo gestor de agroecologia representa um forte passo na resistência dos agricultores familiares, pois foi ele o pioneiro no uso das técnicas agroecológicas, dando resposta ao debate proposto pelo MST, buscando da adesão os assentamentos da reforma agrária a esta nova forma de produção (OLIVEIRA, 2011).

Foram essas ações coletivas do grupo que mostraram que sua organização não visava impor um novo padrão de cultivo, mas mostrar aos atores envolvidos essa seria a melhor estratégia para as famílias assentadas se reproduzirem socialmente e economicamente.

Com relação ao arrendamento das áreas de arroz, os agricultores familiares entrevistados revelaram que esta prática é nociva à organização dos assentamentos, mas destacaram que a prática ainda se faz presente trazendo inúmeras dificuldades expressas nos conflitos e até mesmo perdas de safras no trabalho coletivo. Esses fatos provocaram uma predisposição para firmar parcerias e arrendamentos com terceiros no início da

² Lei nº 1002, de 26 de maio de 2011 que autoriza o município de Nova Santa Rita a firmar convênio de cooperação técnica com a Cooperativa de Prestação de Serviços Técnicos – COPTec, para contribuir nos processos de desenvolvimento econômico e social das famílias de agricultores, especialmente aquelas beneficiadas pelo Programa de Reforma Agrária dos Governos Estadual e Federal no âmbito do território do Município.

produção do arroz conforme expressa o assentado, mostrando a importância da cooperativa de recursos para o plantio:

O cultivo do arroz exige uso intensivo de máquinas e equipamentos adequados para preparo do solo e muito insumo, tu não tens recurso, o que restava? Não tinha alternativa, era alguém fazer isso pra ti. A nossa organização em cooperativa é que deu condições da gente tocar a produção, nos organizamos e conseguimos recursos. Também ajudou muito o INCRA exigir o fim do arrendamento (entrevistado 2).

Por isso, deve-se destacar que a predisposição à mudança também é decorrente do controle e redução dos arrendamentos e parcerias, restritas pelo INCRA. Esse controle foi feito pela instituição através de chamada pública - edital do INCRA, por meio dos quais eram avaliadas cada uma das propostas dos grupos de produção, em conjunto com a assistência técnica, representantes de cooperativas, dirigentes e lideranças regionais que apoiavam o processo de produção e comercialização.

O papel do INCRA no controle dos arrendamentos fica evidente quando expressa a situação ocorrida no Assentamento Filhos de Sepé:

Além do apoio com políticas de custeio e investimento na perspectiva da organização da cadeia produtiva, o que foi viabilizado em certa medida na construção da experiência do arroz, deveria ter uma ação mais regulatória do processo de arrendamento nas áreas. Neste sentido, a experiência do PA de Viamão, que por força de um termo de ajuste e conduta estabelecido pelo Ministério Público que amparou uma ação punitiva ao arrendamento (como forma de “driblar” as regras o termo usado é parceria) por parte do INCRA, criou as condições para um avanço significativo na produção do arroz de base ecológica. Além do que, permitiu um processo de organização interna no sentido de as famílias retomar o controle sobre o território conquistado (ALDRIGHI, 2015, p.163).

O INCRA-RS acrescenta que:

A atuação do INCRA mais robusta a partir de 2009, quando ocorreram as ações da Autarquia visando acabar com arrendamentos e agressões ambientais nos assentamentos de Viamão, Eldorado do Sul, Nova Santa Rita e Manoel Viana. Estas ações abriram maior espaço para o cultivo de arroz ecológico. Mais do que isto, no PA Viamão, situado dentro de uma Área de proteção ambiental - APA somente é admitido a cultura ecológica. Tornou-se a única opção para as famílias com lotes na várzea. Porém o INCRA não estava pronto para oferecer alternativas para viabilizar a cultura ecológica. Foi de fundamental importância as cooperativas ligadas ao MST apoiarem os agricultores assentados nesta época, impedindo assim, de certa forma, o retorno do arrendamento às áreas. Este é um dado importante, na minha opinião, pois não bastam as ações conflituosas corretivas (embora as vezes necessárias), elas devem ser sucedidas de medidas de apoio para que se viabilizem as atividades, neste caso, a implantação do arroz ecológico. Posteriormente a este momento, algumas ações foram sendo realizadas tendo como foco a implementação do arroz ecológico em assentamentos novos ou de difícil implementação da matriz orizícola (ALDRIGHI, 2015, p.163).

Após essas medidas tomadas por parte do INCRA e de seu apoio à produção de arroz ecológico, a COCEARGS passou a desenvolver ações na região metropolitana de Porto Alegre, voltadas à produção de arroz ecológico. Três cooperativas de assentados se destacaram nesta nova caminhada, foram a COPAC – Cooperativa de Produção

Agropecuária de Charqueadas, COOPAN – Cooperativa de Produção de Nova Santa Rita e COOPAT – Cooperativa de Produção dos Assentados de Tapes.

Em 2002, a lavoura da unidade Tapes foi considerada, pelos agricultores assentados e pelas lideranças do Grupo, como o impulso que faltava na região para consolidar o Grupo Gestor. Com isso a Cooperativa Regional (COOTAP) passou a centralizar as ações, a coordenador regionalmente o Grupo Gestor, além de se tornar a compradora oficial do arroz nos assentamentos.

De acordo com a COPTec (2010), o planejamento estratégico do Grupo Gestor do arroz ecológico, estabeleceu como meta, o controle de toda a cadeia produtiva pelos agricultores familiares, entre elas a secagem, armazenagem e beneficiamento do produto em estruturas regionais. As cooperativas cumprem um papel central como pode ser observado no quadro a seguir.

Quadro 1: Objetivos Estratégicos, os Eixos Estratégicos, os meios e as metas do Grupo gestor do Arroz Ecológico.

Objetivos estratégicos	Eixos estratégicos	Meios	Metas
1-Motivar as Famílias à produção agroecológica como opção de vida; 2-Produção de arroz ecológico sob o controle dos assentados; Produção, secagem, armazenagem; beneficiamento, comercialização; 3-Contraposição ao agronegócio com a armação do projeto Agricultor Familiar; 4-Produção de semente de qualidade; 5-Fazer a relação com a sociedade; 6-Cuidados com o meio ambiente; 7- Busca por	1-Produção de arroz ecológico uma estratégia de conversão do lote para a agroecologia; 2-Certificação formada com as normas da agroecologia; 3-Secagem e armazenamento; 4-Beneficiamento; 5-Comercialização	1-Formação e capacitação; 2-Troça de experiência; 3-Articulação e parceria na formação, capacitação e comercialização; 4-Planejamento estratégico da grande região de POA; 5-Sistema interno de controle (GG e Certificação); 6-Viabilização de recursos; 7- Assistência técnica especializada; 8-O seminário anual agroecologia.	1-Arroz seco e armazenado em 7 unidades (COOPAT, COOPAC, COOPAN, Viamão, Guaíba, COOTAP, Eldorado do Sul); 2-80% do arroz produzido beneficia do em 4 unidades (COOPAT, COOPAC, COOPAN, COOTAP); 3-Custo de produção médio das unidades de R\$950.00/ha; 4-Produzir 100% da semente; 5- Aumentar em 20% o número de famílias; 6-150 famílias capacitadas em boas práticas de produção, secagem, armazenagem, beneficiamento e comercialização de arroz orgânico.

políticas públicas de incentivo à agroecologia; 8- Estratégias de certificação; 9-Mercado local e procura por outros grupos; 10-Fortalecer a organização (MST).			
--	--	--	--

Fonte: COOPAN.

Segundo Aldrighi, a função principal da COOTAP corresponde a dar suporte para o conjunto de atividades e iniciativas desenvolvidas pelos grupos, associações, cooperativas ou mesmo agricultores individuais dos assentamentos da região de Porto Alegre. Seu papel é ser a referência legal ou comercial no momento de negociações envolvendo compras de insumos, serviços e máquinas ou agenciando a comercialização dos produtos dos assentados da região de abrangência. É através dela que a organização coletiva assume escala suficientemente ampla para negociação em condições vantajosas que são negadas aos agricultores isolados (ALDRIGHI, 2015).

Segundo o mesmo autor, o grupo gestor tem como função principal apropriar-se de todo processo produtivo do arroz orgânico bem como organizar, gerenciar, potencializar e planejar as ações. Nesse sentido deve assegurar a implementação de objetivos e eixos estratégicos, todos eles definidos pelo coletivo mais amplo. O grupo gestor é parte integrante do setor de produção, cooperação e meio ambiente da região.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No contexto deste artigo, a observação do lugar da pesquisa, a elaboração das entrevistas semiestruturadas, a aplicação das entrevistas com os agricultores familiares do assentamento Santa Rita de Cássia II e suas respostas às perguntas foram úteis para detalhar a situação desse assentamento. Este conjunto contribuiu na tarefa de compreender, ao longo da pesquisa, as estratégias de resistência dos agricultores familiares através da produção agroecológica, face à expansão urbana do município de Nova Santa Rita/RS e à peculiar realidade pela qual passam nesse assentamento. Durante as visitas de campo, observando a dinâmica do lugar, observou-se que a prática da produção de arroz orgânico/ecológico e de hortaliças pelos agricultores familiares é a principal renda familiar, uma vez que se trata de um assentamento onde predomina a agricultura.

Temos a convicção que, para além das estratégias de resistência dos agricultores familiares, os conhecimentos transferidos pelos técnicos da COOTAP e dos Grupos Gestores assim como outros parceiros, tais como o PAA, contribuíram fundamentalmente para o avanço na produção agroecológica nos assentamentos de reforma agrária. Inspirados na luta estratégica do MST, os agricultores familiares assentados expressam que a reforma agrária popular tem como meta a produção agroecológica que é

considerada como o “cavalo de batalha” contra a expansão urbana nas áreas do assentamento Santa Rita de Cassia II em Nova Santa Rita/RS.

Esta é uma razão, para se dar mais atenção à agricultura familiar desenvolvida no PA SRC II, que além de que implementar políticas de incentivo, de ajuda agrícola, de extensão rural foi fundamental no apoio aos agricultores familiares na resistência à expansão urbana que os atingia. Para que esta atividade não desapareça, é preciso lembrar que o arroz orgânico/ecológico e as hortaliças que abastecem os mercados abertos são, majoritariamente, produções agrícolas familiares. São fundamentais os incentivos financeiros dos organismos governamentais, cujo acesso ao crédito é muitas vezes burocrático e difícil, fazendo com que os agricultores assentados deixem de acessar. De acordo com Lima e Wilkinson (2002), a agricultura familiar é fundamentalmente importante para o desenvolvimento econômico sustentável das zonas rurais e como tal precisa ser reforçada, uma vez que o potencial dos agricultores familiares para gerar empregos e renda é muito elevado.

Logo, desenvolver a agricultura voltada para a produção de alimentos é fundamental. Aumentar a produção e a distribuição auxiliaria no combate à pobreza e contribuiria para o crescimento econômico do campo brasileiro com produção de alimentos saudáveis. São estes pensamentos que permitem a manutenção desta agricultura agroecológica que também considera as tradições, os saberes e os conhecimentos transmitidos de geração em geração. Isso posto, fica evidente que se os agricultores familiares receberem apoio suficiente para produzirem, serão eles, capazes de produzir uma renda que lhes possibilite sua reprodução social e econômica e assim resistir ao abandono da terra.

Para concluir é importante afirmar e destacar que a produção agroecológica no PA SRC II/RMPA trouxe uma nova configuração territorial ao assentamento carregada de estratégias de resistência ativa dos agricultores familiares assentados. Novos caminhos foram percorridos na busca do apoio das políticas públicas à sua escolha produtiva, à sua organização em uma práxis social embasada em uma nova cadeia produtiva gerada no seio da agroecologia.

REFERÊNCIAS

AGAPTO, J. P., BORSATTO, R. S., Souza-Esquerdo, V. F. de, & Bergamasco, S. M. P. **Avaliação do programa de aquisição de alimentos (PAA) em Campina do Monte Alegre**, Estado de São Paulo, a partir da percepção dos agricultores. *Informações Econômicas*, 42(2), 2012, p.13–21.

ALDRIGHI, César Fernando Schiavon. **Contribuição crítica à política de ater do INCRA para assentamentos de reforma agrária**, Dissertação (Mestrado Profissional) - UFSC, Florianópolis, SC, 2015, p.398.

ALMEIDA, J.C. **A disputa territorial entre agronegócio x campesinato no Assentamento Santa Rita de Cássia II em Nova Santa Rita – RS**. Monografia. UNESP, Campus de Presidente Prudente. 2011, p.56.

ALMEIDA, Joaquim Anécio. **Pesquisa de Extensão Rural Um Manual de Metodologia**. Brasília, MEC/ABEAS, 1989.p. 182.

ALMEIDA, L. M. de M. C., Ferrante, V. L. S. B., & Paulillo, L. F. **Rede de segurança**

alimentar de forte coesão social, a partir do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) no município de Araraquara-SP. Organizações Rurais & Agroindustriais, 12(3), 2010, p.370-385.

ALTIERI, M. A. **Agroecologia: as bases científicas da agricultura alternativa.** 2. ed. Rio de Janeiro: PTA- FASE, 1989. p.240.

ANTUNES, M. V. M. HESPANHOL, R. A. de M. **Programa de Aquisição de Alimentos no município de Dracenas.** Caderno Prudentino de Geografia, 2(33), 2011, p.101–122.

ARAÚJO, M. de L. L. de, & Kubo, R. R. (2017). **Segurança Alimentar e Nutricional e Povos Indígenas: a experiência dos Ashaninkas do Alto Rio Envira com o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA).** Revista Paranaense de Desenvolvimento, 38(132), p.195–210.

BONI, V.; QUARESMA, S. J. **Aprendendo a entrevistar: como fazer entrevistas em Ciências Sociais.** Em Tese: Revista Eletrônica dos Pós-Graduandos em Sociologia Política da UFSC, v. 2, n. 1 (3), janeiro-julho, 2005, p. 68-80.

BRASIL. Lei 10.831 de 23 de dezembro de 2003. **Brasília, 2003.** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/CCIVil_03/leis/2003/L10.831.htm. Acesso em: 08 de outubro de 2021.

BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. **Cadeia produtiva de produtos orgânicos** / Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Secretaria de Política Agrícola, Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura; coordenadores Antônio Márcio Buainain e Mário Otávio Batalha. – Brasília: IICA: MAPA/SPA; 17,5 x 24 cm – (Agronegócios; v. 5), 2007. p.108.

CAPORAL, F. R.; COSTABEBER, J. A. Agroecologia: enfoque científico e estratégico. **Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável**, Porto Alegre, v.3, n.2, p.13-16, abr./jun. 2002.

CARNEIRO, Maria José. **Política pública e agricultura familiar: uma leitura do PRONAF.** Estudos Sociedade e Agricultura, abril 1999, disponível em: <https://revistaesa.com/ojs/index.php/esa/article/view/106>. Asseso em:22/01/2021

CEPAL/FES (Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe) / (Fundação Friedrich Ebert Stiftung). **O Big Push Ambiental no Brasil: investimentos coordenados para um estilo de desenvolvimento sustentável**, Perspectivas, N. 20, (LC/BRS/TS.2019/1 e LC/TS.2019/14), São Paulo, 2019, p.27.

CUNHA, Alecsandra S Da. **A resignificação do espaço de santo Antônio do aventureiro: considerações sobre as relações e alterações socioeconômicas e espaciais no município.** belo horizonte: pucminas. monografia (graduação) – pontifícia universidade católica de minas gerais. belo horizonte, 2009, p.98.

DORETTO, M., & MICHELLON, E. **Avaliação dos Impactos econômicos, sociais e**

culturais do Programa de Aquisição de Alimentos no Paraná. Sociedade e Desenvolvimento Rural, 1, 2007 p.1–28.

EMBRAPA. Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária. **Recomendações Técnicas Cultivo de hortaliças em agricultura Familiar**, Embrapa, Brasília, DF, 2007. Disponível em :<https://www.passeidireto.com/arquivo/51663564/recomendacoes-tecnicas-cultivo-de-hortalicas-em-agricultura-familiar-embrapa>. Acesso em setembro 2021.

FAULIN, E. J; AZEVEDO, P. F. **Distribuição de hortaliças na agricultura familiar: uma análise das transações**, SP, v.33, n.11.2010, p.24-37.

FEIDEN.A. Agroecologia: Introdução e Conceitos. In: AQUINO, A. M. de; ASSIS, R. L. de. (Ed.). **Agroecologia: princípios e técnicas para uma agricultura orgânica sustentável**. Brasília, DF: Embrapa Informação Tecnológica; Seropédica: Embrapa Agrobiologia, 2005.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Contribuição ao Estudo do Campesinato Brasileiro Formação e Territorialização do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST (1979-1999)**, 1999. (Doutorado em Geografia), Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP, 1999, São Paulo, p.316.

Fiam Brasil. **Informe Dhana 2019: autoritarismo, negação de direitos e fome**. Brasília, DF: Organização pelo Direito Humano à Alimentação e à Nutrição Adequadas, 2019, Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext. Acesso em: 19 de setembro de 2022.

GRAZIANO DA SILVA, José; GROSSI, Mauro Del; CAMPANHOLA, Clayton. O que há de realmente novo no rural brasileiro. In: **Cadernos de Ciência e Tecnologia**. Brasília: Embrapa, v.19, n.1, p.37-67. Jan-Abr, 2002. Disponível em: <https://seer.sct.embrapa.br/index.php/cct/article/view/8795/4938> .Acesso em: 04/02/2023.

GIL, A. C. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. Atlas, ed. 6. São Paulo, 2008.

GRUPO GESTOR ARROZ ECOLÓGICO. COCEARGS. **Folheto da 9ª Abertura da Colheita do Arroz Ecológico**. Safra 2011/2012. Assentamento Nova Capela. Nova Santa Rita/ RS. 02 de abril de 2012.

GUZMÁN, E. S. Agroecologia e desarrollo rural sustentável. In: **CURSO INTENSIVO EM AGROECOLOGIA: PRINCÍPIOS E TÉCNICAS ECOLÓGICAS APLICADAS À AGRICULTURA**, 11., 2002, Seropédica. Palestra. Seropédica: Embrapa Agrobiologia, 2002.

HOUIMLI, Ezzeddine. **Fatores de resistência e fragilidade da agricultura litoral diante da urbanização: O caso da região de Sousse Nord na Tunísia**. Tese (Doutorado) - Curso de Ciências da Paisagem e Arquitetura, Instituto de Ciências da Vida e do Ambiente e das Indústrias, Agro Paris Tech, Paris, 2008, p.417.

LIMA, Dalmo M de Albuquerque e WILKINSON, John (org.). **Inovação nas tradições da**

agricultura familiar. Brasília, DF: CNPq/Paralelo 15, 2002, p.400.

LINDNER, Michele. A organização do espaço sob o olhar das ruralidades: São João do Polêsine, RSGeografia Ensino & Pesquisa, vol. 16, n. 3, set./ dez. 2012.

LINDNER, Michele; BRUSTULIN, Felipe Seitenfus et MEDEIROS, Rosa Maria Vieira, « **A produção ecológica nos assentamentos rurais no Rio Grande do Sul** », 50| 2021. Disponível em: <https://journals.openedition.org/confins/37593>. Acesso em :24 agosto 2021.

Martinelli, S. S., Soares, P., Fabri, R. K., Campanella, G. R. A., Rover, O. J., & Cavalli, S. B. **Potencialidades da compra institucional na promoção de sistemas agroalimentares locais e sustentáveis: o caso de um restaurante universitário.** Segurança Alimentar e Nutricional, 22(1), 2015 P.558–573.

MARQUES. Marta Inês Medeiros. A Atualidade do Uso do Conceito de Camponês. **Revista NERA Presidente Prudente**, n 12 pp57-67 ,2008.

MINAYO, M. C. de S. **Fase de trabalho de campo.** In: O desafio do conhecimento. 7. ed. São Paulo-Rio de Janeiro: Hucitec-brasco, 2000. p. 105 – 156.

OLIVEIRA, Andriara Lima. **A produção agroecológica como forma de resistência camponesa no assentamento Itapuí-Nova Santa Rita-RS**, Monografia apresentado ao Curso Especial de Graduação em Geografia (Licenciatura e Bacharelado), do Convênio UNESP/INCRA/Pronea, para a obtenção do título de Licenciado e Bacharel em Geografia, 2011, p.63.

PNUD. **Human Development Report 2016.** Work for Human Development. UNDP. United Nations Development Programme. Disponível em: http://hdr.undp.org/sites/Default/files/2016_human_development_report.pdf. Acesso em: 17 out. 2021.

PREISS, P.V; SCHNEIDER, S (Org). **Sistemas alimentares no século XXI: DEBATES CONTEMPORÂNEOS**, Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2020. 360 p.

RAMBO, A. G; POZZEBOM, L & Denz, E. Von. Circuitos curtos de comercialização fomentando Novos usos do território: considerações sobre o PNAE e as feiras livres. In **Anais do 7º Seminário Internacional sobre Desenvolvimento Regional no Brasil, Santa Cruz do Sul**, RS, Revista Grifos. Chapecó: Uno Chapecó, 2019. Vol. 28, n. 46 (2019), p. 9-26.

RUA, João. **RELAÇÕES CIDADE-CAMPO E URBANO-RURALS: REAPRESENTANDO AS URBANIDADES NO RURAL COMO ELEMENTOS CONSTITUTIVOS DO ESPAÇO EM METROPOLIZAÇÃO.** **GEOgraphia**, vol: 22, n.48, 2020.

SANTOS, M. **A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção** / Milton Santos. -4. ed. 2. reimpor. - São Paulo: Editora da USP, 2006. - (Coleção Milton Santos; 1) Santos, Milton, 1926-2001.

SANTOS, Marcos Vanderlei. **Comercialização de hortigranjeiros nos assentamentos do MST**, no município de Nova Santa Rita: uma aplicação do modelo SWOT, Monografia apresentada ao Curso de Especialização em Agricultura Familiar Camponesa e Educação do Campo (UFSM, RS), como requisito parcial para obtenção do grau de Especialista, SM,2011, p.19-21.

SCHNEIDER, S. Agricultura familiar e pluriatividade. Tese de doutorado, Porto Alegre. Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFRGS,1999.

SCHROETTER, M. R. **Plano de trabalho dos técnicos das bases de comercialização dos produtos da agricultura familiar e da economia solidária** (bsc's). Santa Rosa. 2010.

SOUZA, M. R. P. F. de. **Interação entre o tradicional e o científico na construção do conhecimento agroecológico: o caso de agricultores de Casimiro de Abreu e Silva Jardim-RJ**. Dissertação (Mestrado em Engenharia da Produção). Rio de Janeiro: UFRJ/COPPE, 2009, p.114.

STEFFENS, Claudia Eleonora. **A permanência da atividade agrícola de base ecológica em Porto Alegre**, (Dissertação) Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, Faculdade de Ciências Econômicas, UFRGS, Porto Alegre, BR-RS,2018, p.113.

VIGNOLO, Antônio Marcos dos Santos. **Insumos Orgânicos na Produção de Arroz em Assentamentos da Reforma Agrária – Região de Porto Alegre/RS**. Dissertação (mestrado) - UFSC, Centro de Ciências Agrárias, Programa de Pós-Graduação em Agroecossistemas, Florianópolis, 2010, p.83.

WOORTMANN, K. **Com parente não se neguceia: o campesinato como ordem moral**. (UnB)/Tempo Brasileiro, Anuário Antropológico 87 1990.Disponívelem:http://www.dan.unb.br/images/pdf/anuario_antropologico/Separ_atas_1987/anuario87_woortmann.pdf. Acesso em: 29 julho. 2021.